

Atlantia Bertin Concessões S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício findo em
31 de Dezembro de 2014 e Relatório
dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Atlantia Bertin Concessões S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Atlantia Bertin Concessões S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

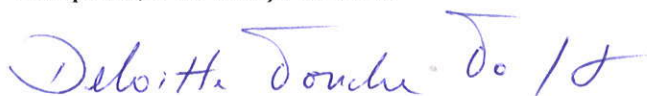
Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlantia Bertin Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2014, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras, relativa às transações com partes relacionadas em montante significativo e em condições específicas definidas contratualmente. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

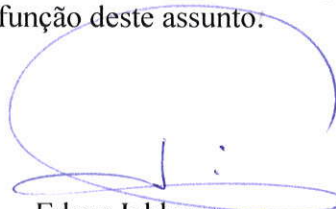
Campinas, 6 de março de 2015



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8



Edgar Jabbour

Contador

CRC nº 1 SP 156465/O-9

ATLANTIA BERTIN CONCESSÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Expresso em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.854	28.503	Fornecedores		3.453	3.202
Contas a receber - partes relacionadas	4	17.139	7.175	Fornecedores - partes relacionadas	4	2.078	855
Impostos a recuperar		821	2.136	Obrigações sociais e trabalhistas		4.511	2.882
Dividendos a receber	5	63.405	-	Obrigações fiscais		975	29
Outros ativos		731	308	Outras contas a pagar		4	-
Total		89.950	38.122	Dividendos a pagar		44.148	-
				Total		55.169	6.968
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Debentures - partes relacionadas	4	1.443.215	1.132.233	Debentures - partes relacionadas	4	1.185.453	1.053.789
Contas a receber - partes relacionadas	4	113.456	82.344	Dividendos a pagar	6	41.461	44.148
Dividendos a receber	5	5.785	4.263	Total		1.226.914	1.097.937
Investimento	5	2.547.950	2.636.574				
Imobilizado		3.292	2.069				
Intangível		5.287	3.039				
Total		4.118.985	3.860.522	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	6	773.740	773.740
				Reserva de capital		1.891.156	1.891.156
				Reserva de lucros		261.956	128.843
				Patrimônio líquido		2.926.852	2.793.739
TOTAL DO ATIVO		<u>4.208.935</u>	<u>3.898.644</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>4.208.935</u>	<u>3.898.644</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ATLANTIA BERTIN CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Expressa em milhares de reais - exceto resultado por ação expresso em reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	7	(8.753)	(4.276)
Resultado de equivalencia patrimonial	5	<u>164.346</u>	<u>150.535</u>
Total		<u>155.593</u>	<u>146.259</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>155.593</u>	<u>146.259</u>
Receitas financeiras		154.902	107.280
Despesas financeiras		<u>(132.536)</u>	<u>(114.942)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	8	<u>22.366</u>	<u>(7.662)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>177.959</u>	<u>138.597</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE		(3.385)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u><u>174.574</u></u>	<u><u>138.597</u></u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	9	0,49	0,40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ATLANTIA BERTIN CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Expresso em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	174.574	138.597
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>174.574</u>	<u>138.597</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ATLANTIA BERTIN CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Expresso em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Total
				Reserva legal	Lucros retidos	Lucros (prejuízos) acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		678.253	1.893.756	2.364	33.692	(12.893)	2.595.172
Aumento de capital	6	95.487	-	-	-	-	95.487
Perda de participação em parte relacionada	6	-	(2.600)	-	-	-	(2.600)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	138.597	138.597
Destinação do lucro:							
Reserva legal		-	-	6.930	-	(6.930)	-
Dividendo mínimo obrigatório	6	-	-	-	-	(32.917)	(32.917)
Transferência para lucros retidos		-	-	-	85.857	(85.857)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		<u>773.740</u>	<u>1.891.156</u>	<u>9.294</u>	<u>119.549</u>	<u>-</u>	<u>2.793.739</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	174.574	174.574
Destinação do lucro:							
Reserva legal		-	-	8.729	-	(8.729)	-
Dividendo mínimo obrigatório	6	-	-	-	-	(41.461)	(41.461)
Transferência para lucros retidos		-	-	-	124.384	(124.384)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		<u><u>773.740</u></u>	<u><u>1.891.156</u></u>	<u><u>18.023</u></u>	<u><u>243.933</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>2.926.852</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ATLANTIA BERTIN CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Expresso em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Fluxo de caixa de atividades operacionais:			
Lucro líquido do exercício		174.574	138.597
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		1.177	512
Juros com partes relacionadas - debêntures ativas e passivas e contas a receber	4	(16.726)	3.971
Resultado da compra de recebíveis de partes relacionadas	4	(3.050)	(614)
Baixa de intangível		31	-
Resultado de equivalencia patrimonial	5	(164.346)	(150.535)
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber - partes relacionadas (ativo circulante e não circulante)		(9.964)	(2.110)
Impostos a recuperar		1.315	(2.136)
Outros ativos		(423)	(203)
Fornecedores e fornecedores - partes relacionadas		1.474	2.946
Contas a pagar - partes relacionadas		-	(9.604)
Obrigações sociais e trabalhistas		1.629	1.180
Obrigações fiscais		946	(447)
Outras contas a pagar		4	(59)
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(13.359)	(18.502)
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Aplicação financeira		-	203.876
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(4.679)	(3.728)
Aquisição de recebíveis de partes relacionadas	4	(26.000)	-
Caixa incorporado	10	-	1.427
Dividendos recebidos de controladas	5	200.543	221.457
Aumento de capital em controlada	5	(12.500)	-
Debêntures:			
Compra de debêntures - partes relacionadas	4	(164.654)	(376.872)
Caixa aplicado nas (oriundo das) atividades de investimentos		(7.290)	46.160
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(20.649)	27.658
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício		28.503	845
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício		7.854	28.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ATLANTIA BERTIN CONCESSÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Expressas em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Atlantia Bertin Concessões S.A. (“Sociedade”) está sediada na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 758, São Paulo, Brasil. Constituída em 16 de dezembro de 2011 permaneceu sem atividades e sem transações contábeis até 23 de maio de 2012, quando recebeu integralização de capital e em 29 de junho de 2012 quando recebeu, por conferência de bens, o investimento nas controladas Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A., Rodovia das Colinas S.A. e Concessionária da Rodovia MG-050 S.A. A Sociedade é o resultado de uma combinação de negócios entre o grupo italiano Atlantia, um dos maiores em concessões rodoviárias do mundo, e o grupo brasileiro Bertin que, no setor rodoviário, opera importantes concessionárias em São Paulo e Minas Gerais.

A Sociedade é controladora direta das concessionárias: Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (“Triângulo do Sol”), Rodovia das Colinas S.A. (“Colinas”) e Concessionária da Rodovia MG-050 S.A. (“Nascentes das Gerais”) e controladora em conjunto da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“Rodovias do Tietê”).

Transações societárias

Como parte do processo de simplificação da estrutura societária resultante da combinação do grupo italiano Atlantia e do grupo brasileiro Bertin, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de julho de 2013 foi aprovada a incorporação, pela Sociedade, da Atlantia Bertin Participações S.A. (“AB Participações”). A incorporação do patrimônio líquido da AB Participações, avaliado por peritos independentes pelo valor contábil de R\$95.487 em 31 de dezembro de 2012, foi realizada mediante aumento de capital na Sociedade, com emissão de 14.834.888 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Os acionistas da AB Participações: Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A. e Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda. integralizaram suas ações subscritas na AB Participações à Sociedade, como aumento de capital. Como consequência, a Sociedade passou a possuir 50% de participação na Rodovias do Tietê.

Os saldos incorporados estão apresentados conforme demonstrado a seguir:

Circulante	2.118
Não circulante	<u>94.091</u>
Total do ativo	<u>96.209</u>
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	722
Patrimônio líquido	<u>95.487</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>96.209</u>

A seguir destaca-se o objeto social das controladas diretas:

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

A Triângulo do Sol é uma sociedade por ações, situada na cidade de Matão-SP e iniciou as suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - D.E.R., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997. Tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado com o D.E.R., compete a Triângulo do Sol a execução e gestão dos serviços delegados, do apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial pré-determinado de 20 anos. Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 16/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 37 meses sem alteração do valor do ônus fixo nem do prazo de pagamento original. Dessa maneira, o período de exploração da concessão será até 18 de julho de 2021.

Pela exploração do sistema rodoviário a Triângulo do Sol assumiu o compromisso de pagar um valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998. Este valor tem sido reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento é efetivamente aplicado à tarifa de pedágio e um valor variável correspondente a 3% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente.

Rodovia das Colinas S.A.

A Colinas é uma sociedade por ações, situada em Salto - SP e iniciou efetivamente suas operações em 2 de março de 2000, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - D.E.R., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.773, de 12 de maio de 1997. Tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção do Lote 13 - Malha Rodoviária Estadual de ligação entre as cidades de Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas. O Contrato de Concessão tem como objetivo a execução, a gestão e a fiscalização dos serviços delegados, serviços de apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo pré-determinado de 240 meses, com início em março de 2000. Em dezembro de 2006, por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/06 do Contrato de Concessão nº 012/CR/00 foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, a prorrogação do prazo de concessão por mais 100 meses, sem alteração do valor do ônus fixo bem como do prazo de pagamento original, sendo ampliado o prazo da concessão para 340 meses, com término em 30 de junho de 2028, reconhecido pelo Termo Aditivo e Modificativo 18/06. Em complemento ao reequilíbrio reconhecido no Termo Aditivo e Modificativo 18/06, a Rodovia das Colinas formalizou a compensação nas parcelas mensais do ônus fixo das diferenças de majoração supervenientes de COFINS (2% para 3%), a partir de março de 2007 até fevereiro de 2020.

Pela exploração do sistema rodoviário a Rodovia das Colinas assumiu o compromisso de pagar um valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março de 2000. Este valor tem sido reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio e um valor variável correspondente a 3% da receita de pedágio e 25% das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente.

Concessionária da Rodovia MG 050 S.A. (Nascentes das Gerais)

A Nascentes das Gerais é uma sociedade por ações, situada em Divinópolis-MG e iniciou suas atividades operacionais em 22 de maio de 2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas do Governo do Estado de Minas Gerais - SETOP e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24 de janeiro de 2003. A Nascentes das Gerais é uma Parceria Público Privada de Propósito Específico conforme Lei 11.074/04 e tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG050 e BR-265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007, sendo que as cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas.

Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constante do contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Nascentes das Gerais e de 50% para o SETOP, sendo que estas consequências serão consideradas na determinação do equilíbrio econômico financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são de responsabilidade integral da Nascentes das Gerais e as variações acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Nascentes das Gerais e o SETOP, conforme acima especificado.

Extintas as concessões, retornam aos Poderes Concedentes todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelos Poderes Concedentes, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

As controladas estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

<u>Natureza dos custos</u>	<u>Triângulo do Sol</u> Previsão de <u>2015 a 2018</u>	<u>Colinas</u> Previsão de <u>2015 a 2019</u>	<u>Nascentes das Gerais</u> Previsão de <u>2015 a 2028</u>	<u>Total</u>
Investimentos na infraestrutura	69.700	125.667	624.000	819.367
Manutenções e recuperação	<u>150.000</u>	<u>129.265</u>	<u>229.000</u>	<u>508.265</u>
	<u>219.700</u>	<u>254.932</u>	<u>853.000</u>	<u>1.327.632</u>

As estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade dos contratos de concessão e apresentados a valor presente na data de transição.

As concessionárias, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

2. BASE PARA APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Em consonância com o pronunciamento técnico CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, são apresentadas apenas as demonstrações financeiras individuais, uma vez que a consolidação das demonstrações financeiras das controladas ficou sob a responsabilidade da controladora final Infra Bertin Participações S.A..

Base de mensuração, moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, e são apresentadas em Real - R\$, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os valores das demonstrações financeiras apresentadas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras as informações financeiras das controladas e da controlada em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos adquiridos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A Reserva de Capital é decorrente do direito de concessão adquirido na combinação de negócios avaliado como o custo da combinação de negócios que excede a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes identificáveis assumidos, sendo amortizado com base no prazo remanescente da concessão da controlada correspondente (cessionária).

A parcela da Reserva de Capital registrada na combinação de negócios aquisição foi ajustada durante o período de mensuração (período de até 12 meses após a data da aquisição). Após o período de mensuração, a contrapartida contingente atribuível ao ativo ou ao passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com o IAS 39 (equivalente ao CPC 38), ou o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável.

A Sociedade aplica a Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que o montante excedente ao custo de aquisição da participação na controlada (valor justo líquido dos ativos adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis assumidos da adquirida, na data de aquisição) seja acrescido ao valor contábil do investimento.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação da taxa utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos a valor presente, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e o cronograma esperado de desembolsos nas controladas, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As práticas contábeis descritas a seguir, em detalhes, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras. As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade são:

2.1. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 3), contas a receber e debêntures a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 4) e outros ativos, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e maturação por período até 90 dias da data da aquisição.

b) Contas a receber - partes relacionadas

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras.

c) Debêntures - partes relacionadas

Inclui principal e juros a receber até a data do balanço conforme os termos dos contratos descritos na nota explicativa nº 4.

2.2. Ativo tangível e intangível

Ativos tangíveis e intangíveis adquiridos separadamente

Ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado linearmente com base no prazo de vida útil dos bens, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo amortizado, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

2.3 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. A Sociedade e suas controladas estimam o montante recuperável dos ativos de cada concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.4. Instrumentos financeiros passivos

a) Classificação de instrumentos de dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais. A Sociedade não opera com instrumentos de patrimônio.

b) Debêntures

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

2.5. Reconhecimento de receita

Receita e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e debêntures.

2.6. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Sociedade pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado na data do balanço.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados.

2.7. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica “Dividendos Propostos”, por ser considerada como uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por Lei, é classificado na rubrica “Lucros retidos” e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária. Os dividendos propostos estão classificados no passivo não circulante pois serão distribuídos após a conclusão de operações já assumidas.

2.8. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não aplicados pela Sociedade

Os pronunciamentos contábeis do IASB, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade em suas demonstrações financeiras para o semestre findo em 31 de dezembro de 2014. A Sociedade implantará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Contém exigências para (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) metodologia de redução ao valor recuperável e (iii) contabilização geral de hedge.	Exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receita de Contratos	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização de receitas resultante de contratos com clientes.	Exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017.
IAS 16 e IAS 38 - Depreciação e amortização de ativos	As alterações a IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base na receita para itens do imobilizado. As alterações a IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não contribuem base adequada para fins de amortização do intangível.	Exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016.
IFRS 11 - Contabilização para aquisições de participações em operações em conjunto	A alteração estabelece que os princípios relevantes da contabilização de combinações de negócios devem ser adotados	Exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do “International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC” listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Sociedade em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.
IFRS 10 e 12 e IAS 27 - Entidades de investimento	Exceção à exigência de consolidar as controladas de uma entidade de investimento e exigência de divulgação para entidades de investimento	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

Em decorrência do compromisso do CPC em manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e contas bancárias	384	236
Aplicações financeiras (a)	<u>7.470</u>	<u>28.267</u>
Total	<u>7.854</u>	<u>28.503</u>

- (a) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB com remuneração média de 101,16% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

<u>Saldos patrimoniais</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo circulante - controladas: (a)		
Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.	6.330	1.574
Triângulo do Sol Auto Estradas S.A.	4.166	2.489
Rodovia das Colinas S.A.	6.426	2.905
Triângulo do Sol Participações S.A.	215	207
Infra Bertin Participações S.A.	<u>2</u>	<u>-</u>
	<u>17.139</u>	<u>7.175</u>
Ativo não-circulante:		
Controladora indireta:		
Infra Bertin Participações S.A. (b)	82.345	82.344
Concessionária Rodovias do Tietê (c)	<u>31.111</u>	<u>-</u>
	113.456	82.344
Debêntures - parte relacionada:		
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. (d)	<u>1.443.215</u>	<u>1.132.233</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Fornecedores de serviços - partes relacionadas:		
Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda.	1.004	688
SPEA do Brasil Projetos e Infra Estrutura Ltda.	596	-
SPEA Ingegneria Europea S.p.a	311	-
CSCL Assessoria Empresarial Ltda.	<u>167</u>	<u>167</u>
	<u>2.078</u>	<u>855</u>
<u>Passivo não circulante</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Debêntures - controladas:		
Triângulo do Sol Auto Estradas S.A. (e)	658.585	585.438
Rodovia das Colinas S.A. (e)	<u>526.868</u>	<u>468.351</u>
	<u>1.185.453</u>	<u>1.053.789</u>
<u>Transações</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas (despesas) de prestação de serviços:		
Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.	3.946	3.853
Triângulo do Sol Auto Estradas S.A.	6.526	4.412
Rodovia das Colinas S.A.	8.057	6.057
Infra Bertin Participações S.A.	2	-
Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda.	(1.004)	(1.004)
SPEA do Brasil Projetos e Infra Estrutura Ltda.	<u>(916)</u>	<u>-</u>
	<u>16.611</u>	<u>13.318</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas:		
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. (c)	146.328	103.758
Concessionária Rodovias do Tietê (b)	2.062	-
Cibe Participações e Empreendimentos (b)	3.050	-
Triângulo do Sol Auto Estradas S.A. (d)	(73.147)	(59.849)
Rodovia das Colinas S.A. (d)	<u>(58.517)</u>	<u>(47.880)</u>
	<u>19.776</u>	<u>(3.971)</u>

- (a) Refere-se a contas a receber de execução de serviços de assessoria e gestão das controladas, sendo os custos reembolsados pelas controladas.
- (b) Recebíveis detidos pela controlada Colinas junto à controladora indireta Infra Bertin Participações S.A. cedidos à Sociedade quando do processo de sua constituição. O saldo será liquidado ao término da reestruturação societária.
- (c) Em 5 de agosto de 2014 a Sociedade adquiriu, através de contrato de cessão de crédito com a coligada Cibe Participações e Empreendimentos S.A., contas a receber da controlada Concessionária Rodovias do Tietê. Como contrapartida a cessão a Sociedade pagou o valor de R\$26.000 a cessionária resultando em um ganho de R\$3.050.
- (d) Debêntures Ativas

Em 29 de junho de 2012 a Sociedade subscreveu de uma de suas partes relacionadas, Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A., a primeira emissão de 25 debêntures simples, conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$24.800 e com vencimento em 31 de julho de 2028. As subscrições ocorridas são apresentadas abaixo:

Data de emissão	Série	Quantidade emitida	Valor unitário (real)	Valor total (real)	Valor unitário (nominal)	Valor total (nominal)	31/12/2014	31/12/2013
29/12/2013	1ª série	25	24.800	620.000	24.800	620.000	811.025	726.451
01/03/2013	2ª série	10	25.000	250.000	26.687	266.872	326.898	292.809
05/03/2014	3ª série	5	25.000	125.000	28.498	142.490	156.056	-
11/10/2013	4ª série	4	25.000	100.000	27.500	110.000	126.125	112.973
29/08/2014	4ª série	1	21.000	21.000	22.163	22.163	<u>23.111</u>	-
							<u>1.443.215</u>	<u>1.132.233</u>

As debêntures são atualizadas a 100% da variação acumulada das taxas CDI, acrescida de juros que variam de 1,6448% a 3,20% ao ano, com previsão de pagamento integral na data de vencimento. Os recursos da emissão das referidas debêntures, serão investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, a ser operado por empresa que pertence a um dos controladores da Sociedade. Em 20 de fevereiro de 2014 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas da parte relacionada Infra Bertin Empreendimentos, que aprovou aditamento da remuneração das debêntures ativas da Sociedade. De 1º de fevereiro até 31 de julho de 2014 incidiu juros de 10,1920% sobre o valor nominal unitário das debêntures. Após tal período e até a data de seu vencimento as debêntures serão remuneradas a 100% de variação das taxas diárias DI e juros de 1,6448%.

- (e) Debêntures Passivas

Em 29 de junho de 2012 a Sociedade emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 e valor total de R\$900.000, com vencimento em 29 de dezembro de 2013. A controlada Colinas adquiriu 800 debêntures, totalizando R\$400.000 e a controlada Triângulo do Sol adquiriu 1.008 debêntures, totalizando R\$500.000. As debêntures são atualizadas a 100% da variação acumulada das taxas CDI, acrescida de juros que variam de 2,80% a 3,20% ao ano, que serão pagos integralmente na data de vencimento. Estas debêntures foram repactuadas em 11 de dezembro de 2013 e seu vencimento prorrogado para 28 de janeiro de 2014. Em 20 de fevereiro de 2014 foi prorrogado o vencimento das debentures da primeira série até 15 de abril de 2020. As debêntures da segunda série passaram a ter seu vencimento em 15 de outubro de 2020. Os juros remuneratórios das debêntures foram alterados para 3,20% entre os dias 29 de junho de 2013 a 31 de janeiro de 2014, 1,35% de 1º de fevereiro de 2014 a 14 de agosto de 2017 e 1,6448% de 15 de agosto de 2017 até a data de seu vencimento. Os juros remuneratórios serão pagos integralmente na data do vencimento sendo incorporados a cada período de capitalização.

Os recursos da emissão das referidas debêntures, foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, através da Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. pela compra de debêntures emitidas pela empresa mencionadas acima. O pagamento destas debêntures ocorrerá, primariamente, através do caixa gerado pela operação do Rodoanel Leste, bem como pela operação das demais empresas concessionárias de rodovias controladas pelo Grupo.

As demais transações efetuadas entre partes relacionadas estão vinculadas a contratos específicos os quais definiram os serviços a serem realizados, assim como os preços destes serviços.

A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Sociedade, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$4.052 (R\$2.292 em 2013). A Sociedade não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada ou remuneração baseada em participações societárias.

5. INVESTIMENTOS

As informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2014 são:

	<u>Nascentes das Gerais</u>	<u>Triangulo do Sol</u>	<u>Colinas</u>	<u>Rodovias do Tietê</u>
Participação - %	100	100	100	50
Ativo circulante	74.227	175.584	165.579	62.218
Ativo não circulante	626.743	910.134	1.431.466	1.342.830
Passivo circulante	435.763	193.607	221.253	46.543
Passivo não circulante	150.047	680.806	987.493	1.215.307
Capital social	53.976	71.000	226.145	248.578
Reservas de lucro (prejuízo acumulado)	<u>61.184</u>	<u>140.305</u>	<u>162.154</u>	<u>(105.380)</u>
Patrimônio líquido	<u>115.160</u>	<u>211.305</u>	<u>388.299</u>	<u>143.198</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.410	168.140	174.187	(45.022)

<u>Movimentação dos investimentos</u>	<u>Nascentes das Gerais</u>	<u>Triangulo do Sol</u>	<u>Colinas</u>	<u>Rodovias do Tietê</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	104.665	820.515	1.690.313	-	2.615.493
Incorporação de investimento (a)				91.459	91.459
Resultado de equivalência patrimonial	7.355	73.815	79.214	(9.849)	150.535
Dividendos propostos (b)	(1.747)	-	-	-	(1.747)
Dividendos distribuídos	-	<u>(143.328)</u>	<u>(75.838)</u>	-	<u>(219.166)</u>
Saldo em 31 de dezembro 2013	110.273	751.002	1.693.689	81.610	2.636.574
Aumento de capital em controlada	-	-	-	12.500	12.500
Resultado de equivalência patrimonial	6.409	96.035	84.413	(22.511)	164.346
Dividendos propostos (b)	(1.522)	(22.035)	(41.370)	-	(64.927)
Dividendos distribuídos	-	<u>(108.968)</u>	<u>(91.575)</u>	-	<u>(200.543)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>115.160</u>	<u>716.034</u>	<u>1.645.157</u>	<u>71.599</u>	<u>2.547.950</u>

- (a) Em 1º de julho de 2013 a Sociedade incorporou a parte relacionada Atlantia Bertin Participações S.A., conforme mencionado na nota explicativa nº 1, adquirindo assim participação de 50% na Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
- (b) A controlada Nascentes das Gerais propôs dividendos mínimos obrigatórios conforme estatuto social; entretanto, de acordo com o contrato de concessão, poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da rodovia e executadas as intervenções obrigatórias previstas para 2018, motivo pelo qual estes dividendos estão registrados no ativo não circulante.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é de R\$773.740 e está representado por 353.926.126 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação %</u>
Triângulo do Sol Participações S.A.	353.926.126	100%

Reserva de capital:

Durante o exercício de 2012 ocorreram transações societárias que resultaram no início das operações da Sociedade. No reconhecimento destas transações foram apurados os valores justos do direito de concessão adquirido na combinação de negócios quando da aquisição do controle das controladas Colinas e Triângulo do Sol cuja contrapartida foi a rubrica de Reserva de capital no Patrimônio líquido no valor de R\$1.866.802. Adicionalmente, ainda durante o exercício de 2012, ocorreram transações entre os acionistas que aumentaram a reserva de capital no valor de R\$26.954.

Em 1º de julho de 2013 foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da parte relacionada Atlantia Bertin Participações S.A. pela Sociedade. O acervo líquido incorporado, no valor de R\$95.487 conforme demonstrado na nota explicativa nº 1, foi utilizado para aumento de capital com emissão de 14.834.888 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As conferências de bens e obrigações foram efetuadas com base em laudos preparados por peritos independentes na data base 31 de dezembro de 2012 e a finalização destas operações ocorreu em 1º de julho de 2013. Neste período ocorreram transações entre os acionistas que geraram variações de participação sendo a contrapartida destas variações registrada em conta de Reserva de capital na Sociedade no valor total de R\$2.600.

Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

A reserva legal é calculada no final de cada exercício social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em Lei. O lucro remanescente, após as destinações previstas em Lei e destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica “Lucros retidos” e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária. O cálculo dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2014 está assim demonstrado:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício	174.574	138.597
(-) Constituição de reserva legal - 5%	<u>(8.729)</u>	<u>(6.930)</u>
Lucro base para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios	<u>165.845</u>	<u>131.667</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	41.461	32.917

7. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Despesas de depreciação	(1.177)	(512)
Despesas com prestadores de serviços	(5.375)	(3.435)
Despesas com pessoal	(17.642)	(11.887)
Despesas com materiais e equipamentos	(502)	(432)
Outras despesas	(2.586)	(2.332)
Outras receitas líquidas (a)	<u>18.529</u>	<u>14.322</u>
Total das despesas gerais e administrativas	<u>(8.753)</u>	<u>(4.276)</u>

(a) A Sociedade executa serviços de assessoria e gestão das controladas, sendo os custos reembolsados pelas controladas.

8. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita com rendimentos de aplicação financeira e outras	3.251	3.522
Juros com partes relacionadas, líquidos (nota explicativa nº 4)	16.726	(3.971)
Comissões bancárias e outras	(864)	(6.687)
Receita com compra de recebíveis de controlada (nota explicativa nº 4)	3.050	-
Outras despesas (receitas) financeiras líquidas	<u>203</u>	<u>(526)</u>
	<u>22.366</u>	<u>(7.662)</u>

9. LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico e diluído</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício	174.574	138.597
Média ponderada de ações no exercício - por lote de mil ações	<u>353.926</u>	<u>346.529</u>
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)	<u>0,49</u>	<u>0,40</u>

10. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Informações suplementares

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Acervo líquido incorporado:		
Impostos a recuperar	-	(5)
Investimento	-	(91.459)
Obrigações fiscais	-	4
Capital social e reservas	<u>-</u>	<u>92.887</u>
Caixa incorporado	<u>-</u>	<u>1.427</u>

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do semestre é o seguinte:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Dívida	1.185.453	1.053.789
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.854)</u>	<u>(28.503)</u>
Dívida líquida	<u>1.177.599</u>	<u>1.025.286</u>
Patrimônio líquido	2.926.852	2.793.739
Índice de endividamento líquido	0,40	0,37

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

1. O caixa e os equivalentes de caixa estão substancialmente indexados ao CDI.
2. As contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias.
3. As contas a receber de partes relacionadas possuem prazo superior a um ano e estão atreladas a operações futuras de empresas vinculadas a um de seus controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 4 e incorporam os juros a receber até a data do balanço.
4. As debêntures descritas na nota explicativa nº 4 possuem taxas de juros pós-fixadas.

Caso a Sociedade adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>31/12/2014</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Debêntures (*)	1.185.453	1.387.257

(*) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juro e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de risco semelhante. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade conforme suas características:

<u>Ativos</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	7.854	28.503
Contas a receber - partes relacionadas	130.595	89.519
Debêntures - partes relacionadas	1.443.215	1.132.233
<u>Passivos</u>	<u>Passivos financeiros ao custo amortizado</u>	
Fornecedores e fornecedores - partes relacionadas	5.531	4.057
Debêntures - partes relacionadas	1.185.453	1.053.789

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros efetiva % a.a.</u>	<u>2017 em diante</u>	<u>Total</u>
<u>Ativos</u>			
Debêntures - parte relacionada:			
Infra Bertin Empreendimentos e Participações	1,64% a.a.	1.443.215	1.443.215
<u>Passivos</u>			
Debêntures - controladas			
Triângulo do Sol Auto Estradas S.A.	CDI + 1,35% a.a.	658.585	658.585
Rodovia das Colinas S.A.	CDI + 1,35% a.a.	526.868	526.868

12. GARANTIAS

Como garantia das séries a serem desembolsadas no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples, Conversíveis em ações, com Garantia Real da Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A., a controlada indireta AB Concessões contratou cartas de fiança junto ao mercado financeiro para o caso de não ter condições de honrar com os desembolsos. O valor total das fianças contratadas é de R\$21.000 em 31 de dezembro de 2014 (R\$125.000 em 2013), sendo que em outubro de 2013 a controlada indireta antecipou parte do pagamento da quarta série que estava previsto para 1º de agosto de 2014 e desembolsou a terceira série, de R\$125.000, em 1º de março de 2014. Em 13 de janeiro de 2014 a controlada contratou, junto ao Banco BTG Pactual, uma carta de fiança no valor de R\$21.000, com vencimento em 1º de agosto de 2014, para compensar a parte remanescente da antecipação da quarta série. Para essa fiança, a controlada indireta paga-se uma comissão mensal antecipada de 0,8% a.a. Em 29 de agosto de 2014 a Sociedade subscreveu as debêntures no valor de R\$ 21.000 encerrando, assim, a carta de fiança contratada junto ao Banco BTG Pactual.

A Sociedade figura como garantidora das obrigações decorrentes das apólices de seguro garantia de sua controlada Nascentes das Gerais. O valor máximo garantido pela apólice é de R\$55.203 e R\$21.778. Adicionalmente, a Sociedade figura como garantidora da 1ª e da 2ª emissão de debêntures emitidas pela controlada Nascentes das Gerais.

13. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 29 de janeiro de 2015 foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos de R\$ 60.000, tendo como base o saldo de lucros retidos em 30 de junho de 2014. Adicionalmente, em 29 de janeiro de 2015 as controladas Triângulo do Sol e Colinas distribuíram dividendos de R\$30.000 cada uma, aprovados na Assembleia Geral Extraordinária.

14. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 6 de março de 2015.
